

Leitura Literária em alta

Claudia Santa Rosa

Educadora – Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDE)

Ver que a leitura literária está passando a ocupar espaços nos meios de comunicação e de discussão na sociedade me anima. No final do mês de abril, dois eventos fizeram com que o assunto tivesse destaque na mídia: o Encontro dos Escritores de Língua Portuguesa de Natal e o Fórum da Rede Potiguar de Escolas Leitoras. Este último, organizado pelo Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDE), em parceria com o Instituto C&A, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC), a Assembleia Legislativa do RN, Prefeituras de Natal e Parnamirim e União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Norte (Undime RN) – uma grande união em torno da promoção à leitura literária nas escolas do Rio Grande do Norte.

Gestores municipais e estaduais de educação, parlamentares, diretores e coordenadores das escolas e mediadores de leitura – dezenas de municípios representados – lotaram o auditório da Assembleia Legislativa, na manhã de 29 de abril, durante o primeiro encontro do Fórum, em 2010. As reuniões do Fórum se configuram em espaços para mobilização, articulação, formação e trocas de experiências, tendo em vista promover políticas públicas de leitura literária nas escolas de educação básica. O sucesso de público tem se repetido e só nos mostra o quanto as pessoas estão interessadas em fazer da leitura uma prática social, desde as unidades escolares. Trata-se de uma iniciativa que, alcançando perenidade, indiscutivelmente, a médio e longo prazo contribuirá para transformar o ensino público do RN em um ensino de qualidade.

Um dos pontos altos do evento foi o anúncio, por parte do vereador Ney Lopes Júnior, da sanção da Lei Municipal que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Leitura Literária nas Escolas Públicas de Natal, pela prefeita Mícarla de Sousa, na tarde do mesmo dia 29 de abril, durante o Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, realizado no Teatro Alberto Maranhão. A lei nasceu por iniciativa do Fórum, que logo no seu lançamento, tratou de estimular os municípios do RN a terem uma legislação própria, seguindo o exemplo do Estado, que já possui a lei nº 9.169, de autoria do deputado Robinson Faria, promulgada em 15 de janeiro de 2009. Para tanto, o IDE ofereceu aos municípios uma minuta sugestiva de projeto de lei, com base no texto que havia sistematizado para lei estadual. Natal saiu na frente e hoje tem uma lei municipal da maior importância. Não posso deixar de ressaltar o ineditismo da proposta, possível pelas sensibilidades, primeiro do vereador Ney Lopes Júnior que apresentou o projeto de lei, acatando a sugestão do IDE, e segundo da prefeita Mícarla de Sousa que se comprometeu com tal política, ao sancionar a legislação.

Não custa lembrar que, uma recente pesquisa do Instituto Pró-livro, dá conta de que a média de livros lidos fora da escola é de apenas 1,3 habitante/ano, ou seja, escola e sociedade não estão conseguindo formar leitores de texto literário. Em consonância, o 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais revelou que o Rio Grande do Norte ocupa o terceiro lugar entre os estados nordestinos que mais receberão kits de implantação de bibliotecas do Ministério da Cultura, justamente por ser o 7º com maior déficit de bibliotecas em seus municípios. No que diz respeito às bibliotecas escolares, no último mês de abril a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou em decisão terminativa, projeto de lei que determina um prazo de 10 anos – na minha opinião uma década é muito tempo – para que todas as escolas públicas disponha de biblioteca.

Segundo o Ministério da Educação, 68% das escolas públicas do país não dispõem de biblioteca. Por tudo isso, entendo que Natal e todo Rio Grande do Norte têm a oportunidade de, a partir das suas legislações, avançarem com a rapidez que deveria pautar decisões em todos os estados e municípios do país.

Para concluir lembro, ainda, que mesmo o Brasil fazendo parte dos países comprometidos a cumprir as “metas do milênio”, sugeridas pela ONU (Organização das Nações Unidas), até o ano de 2015, poucos ainda são os resultados conquistados na meta número 2 - “Educação básica de qualidade para todos”. Com as práticas de promoção da leitura literária se fortalecendo nas escolas e nas comunidades, contando com o reforço da atenção dispensada pela mídia, a expectativa é de que uma política de estado de formação de leitores ajude à mudança desta realidade, um passo de cada vez, porém urgente.